

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.503 - PR (2019/0187179-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : **INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS BANDEIRANTES LTDA**
ADVOGADOS : **VALERIA MACIEL DE CAMPOS LAVORENTI - PR016847**
 RITA AUGUSTA SILVA VALIM ROSSI - PR016843
 DANIEL MACIEL RIBEIRO DE CAMPOS - PR020329
EMBARGADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS BANDEIRANTES LTDA., em 19/09/2019, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que deu provimento ao Recurso Especial, determinando ao Tribunal de origem a efetiva fixação dos honorários, na linha da jurisprudência colacionada (fls. 498/506e).

Inconformada, a parte embargante alega a existência de obscuridade no dispositivo da decisão embargada, pois "é vaga e remete a diversos julgados nos quais diversos assuntos foram decididos, podendo levar a equívoco do tribunal de origem" (fl. 514e). Alega, também, erro material com relação ao Tribunal que proferiu o acórdão recorrido.

Por fim, requer o "conhecimento dos presentes Embargos de Declaração, visto que cabíveis, para que seja integrada a decisão embargada a fim de: 1 – Sanar a obscuridade apontada, com a determinação explícita de quais dispositivos legais deverão ser levados em consideração quando da fixação dos honorários advocatícios, quais sejam, os §§2º e 3º do art. 85, do CPC/15. 2- Sanar o erro material apontado para que, onde consta 'Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conste 'Tribunal Regional Federal da 4ª Região'" (fl. 515e).

Transcorreu **in albis** o prazo para impugnação (fl. 531e).

Os Embargos de Declaração merecem prosperar, em parte.

Com efeito, a obscuridade, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de

conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (in Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, pág. 241).

No caso, inexistente o mencionado vício, de vez que a decisão embargada apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia.

Com efeito, diferentemente do que foi alegado pela parte embargante, a decisão embargada não foi vaga na sua fundamentação, e os julgados apresentados são claros no que tange a qual dispositivo o Tribunal de origem deve aplicar na fixação dos honorários:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SERVIDORAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ADMITIDAS A PARTIR DE 2003. DIFERENÇAS DE 24% DE REAJUSTE SALARIAL DECORRENTES DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL N.º 1.206/87, NO PONTO EM QUE EXCLUIU OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE AUMENTO CONCEDIDO AOS DEMAIS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANIFESTAÇÃO DESTA CORTE APENAS QUANDO FOR IRRISÓRIO OU EXCESSIVO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

(...)

II - Na espécie, o acórdão recorrido expressamente fixou os honorários advocatícios de sucumbência à luz dos critérios estabelecidos no art. 85, § 8º, do CPC/15, observadas as diretrizes dos incisos do § 2º. Nada obstante, assiste razão ao recorrente, haja vista ter havido negativa de vigência aos parágrafos 3º e 4º, inciso II, do artigo 85, uma vez que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, primeiramente devem ser aplicados os parágrafos 3º e 4º com seus respectivos incisos e, subsidiariamente o §8º, apenas quando o proveito econômico for irrisório, ou o valor da causa muito baixo.

III - Assim é, porque o inciso II, do §4º traz a solução, quando a

Fazenda Pública for parte e não haja condenação principal ou não seja possível mensurar (estimar) o proveito econômico, determinando expressamente a utilização do valor atualizado da causa como base para aplicação dos percentuais previstos no § 3º, veja-se: '§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais: (...)§ 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º: (...) III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa'.

(...)

V - Correta, portanto, a decisão recorrida que deu provimento ao recurso especial, fixando os honorários de sucumbência, distribuídos *pro rata* entre os sucumbentes (art. 87 do CPC/2015), em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §4º, II c/c §3, I do CPC/2015.

VI - Agravo interno improvido" (STJ. AgInt no AREsp 1.232.624/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/05/2018).

No que tange ao erro material alegado, com razão a parte embargante.

Com efeito, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Sustenta a parte embargante que houve erro material, no primeiro parágrafo da decisão embargada, alegando que "o Tribunal de origem que proferiu o acórdão colacionado é o Tribunal Regional da 4ª Região" (fl. 515e) e não o "Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo".

Assim, cabível o acolhimento dos Embargos, nesse ponto. Entretanto, nada muda quanto ao decidido no presente Recurso Especial.

Pelo exposto, acolho, em parte, os Embargos de Declaração, sem efeitos infringentes, apenas para retificar o erro material da decisão embargada (fl. 498e), para que, onde se lê "Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", leia-se "Tribunal Regional Federal da 4ª Região".

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora